

ENVOLVIMENTO DE MILITARES PORTUGUESES NO EXTERIOR

Forças e Elementos Nacionais Destacados
Autoridade Marítima Nacional (Polícia Marítima)
Cooperação no Dominio da Defesa (CDD)

2º semestre de 2022

ÍNDICE

1. Introdução e Contexto
2. Forças e Elementos Nacionais Destacados
 - 2.1. Análise das Missões no Quadro da ONU
 - 2.2. Análise das Missões no Quadro da UE
 - 2.3. Análise das Missões no Quadro Multilateral e Bilateral
3. Atividades de Cooperação no Domínio da Defesa
 - 3.1. Análise dos Programas-Quadro
 - 3.2. Formação em Portugal
4. Gráficos e Quadros comparativos do envolvimento de militares no exterior
5. Conclusões e Recomendações

DPED
23.03.2023

Assunto: Envolvimento de Militares Portugueses no Exterior (2º semestre 2022)

Finalidade: Informação para acompanhamento por parte da Assembleia da República

Referência: Artº 5º da Lei Nº46/2003, de 22 de agosto

1. Introdução e Contexto

A participação das Forças Armadas (FFAA) em missões e operações no exterior, em contexto multilateral, multinacional ou bilateral, visa prosseguir o superior interesse constitucionalmente definido, de garantia da defesa da independência nacional e da integridade do território, assim como a liberdade e segurança dos cidadãos nacionais, designadamente pela satisfação dos compromissos internacionais do Estado português no âmbito militar.

A Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia (UE) partilham um princípio fundamental de defesa da segurança humana, em que os membros se comprometem a garantir, não só a segurança dos Estados, mas também a segurança das pessoas. No mesmo sentido, as três organizações partilham uma determinação comum em melhorar a capacidade de prevenção e gestão de crises e assegurar uma maior capacidade de resposta rápida e de projeção de meios civis e militares. Portugal assume a agenda de segurança para continuar a ser um parceiro responsável no quadro de segurança cooperativa para a defesa permanente dos nossos valores e interesses fundamentais.

O presente relatório apresenta um ponto de situação sobre o envolvimento de contingentes militares portugueses no exterior, incluindo Forças e Elementos Nacionais Destacados, Autoridade Marítima Nacional (Policia Marítima) e Cooperação no Domínio da Defesa (CDD).

No que se refere às Forças Nacionais Destacadas (FND), Portugal continua a participar em missões que consubstanciam o princípio de que a segurança nacional não se materializa apenas junto das fronteiras geográficas nacionais, sendo que o contributo para a edificação de uma segurança alargada se baseia num esforço internacional no qual Portugal deverá desempenhar o seu papel. A participação nacional neste conceito alargado de segurança com FND, perante situações adversas e populações inseguras, tem contribuído largamente para o prestígio, afirmação e credibilidade nacionais.

A CDD, apesar de não constituir uma FND, configura igualmente um instrumento valioso de relacionamento externo da defesa, enriquecendo e reforçando o papel de Portugal à escala mundial, através de uma cooperação ímpar com os demais países de língua portuguesa.

Este relatório disponibiliza e atualiza os dados relativos à participação nacional, durante o 2º semestre de 2022, ao nível dos Quadros da ONU, OTAN, UE e bilateral e multilateral, bem como, das atividades desenvolvidas no âmbito da CDD. Divide-se em 5 partes com um enquadramento inicial, seguindo-se uma análise individual das missões nos respetivos Quadros, uma análise dos Programas-Quadro e da Formação no âmbito da Cooperação, uma análise gráfica do empenhamento nacional no exterior e termina com as principais conclusões e recomendações.

O relatório tem uma periodicidade semestral, elaborado em julho e janeiro de cada ano, sendo que os dados disponibilizados resultam da informação obtida junto do Estado-Maior General das Forças Armadas, Autoridade Marítima Nacional e DGPDN-CDD.

2. Forças e Elementos Nacionais Destacados

O vetor militar é primordial no apoio à política externa. Uma das missões prioritárias das FFAA é contribuir, como instrumento do Estado, para a segurança internacional, designadamente pela sua intervenção em missões militares de paz, que asseguram o reconhecimento externo de Portugal como um Estado coprodutor de segurança internacional.

Definidas as áreas de interesse estratégico nacional, a participação das FND tem vindo a seguir uma lógica de continuidade, conjugando missões e operações plurianuais, no quadro da defesa coletiva e da segurança cooperativa, onde se destacam a segurança marítima, o combate ao terrorismo, o treino e capacitação, o policiamento aéreo, o emprego de forças de reação rápida, forças de estabilização, e de operações especiais, na monitorização de acordos de cessar-fogo, bem como no esforço de recolha de informações.

De seguida é apresentada a informação recolhida em cada um dos empenhamentos nas respetivas missões e operações, ao longo do 2º semestre de 2022, com uma análise da participação portuguesa no âmbito dos Quadros da ONU, OTAN, UE e Bilateral-Multilateral, sendo deduzidas as devidas conclusões e recomendações, no que diz respeito a empenhamentos futuros.

2.1 Análise das missões no quadro da ONU

MINUSMA ¹ Mali	Análise	Conclusões/Recomendações
<p>Missão: A 29 de junho de 2022, o CSNU adotou a Resolução 2640 (2022) renovando a missão até 30 de junho de 2023 e definiu como objetivo estratégico prioritário apoiar a transição política do país, bem como a outras partes interessadas e relevantes do Mali. A segunda prioridade estratégica da MINUSMA é facilitar a implementação pelos atores do Mali de uma estratégia abrangente, inclusiva e politicamente focada que aborda as causas profundas e os impulsionadores da violência conflito, protege os civis, reduz a violência intercomunitária e restabelece a presença e a autoridade do Estado, bem como os serviços sociais básicos na região central do Mali, por meio da implementação de suas tarefas atribuídas.</p> <p>Quantitativos: 13.289 militares e 1.920 polícias:</p> <p>Situação no Terreno: No atual contexto político, a situação securitária tende a agravar-se. A violência crescente tem vindo a ser observada pelos vários atores internacionais, sendo a população civil a mais vitimizada, sujeita a violações de direitos humanos. A atuação das FAMa², mesmo com o apoio dos seus parceiros russos, afigura-se insuficiente para conter o avanço da violência no país.</p>	<p>A Missão tem tido um sucesso limitado no cumprimento dos seus objetivos, tentando adaptar o seu mandato às circunstâncias, mas enfrentando falta de capacidades-base para o seu desempenho (ex. capacidade aérea). A este quadro acresce a preponderância que atores não-estatais como o Grupo Wagner acabaram por assumir junto das autoridades locais. A atuação desta PMC russa, focada num acompanhamento direto das FAMa; com uma “não exigência” de políticas de boa governação, antagónicas aos princípios e valores ocidentais, aliadas a fortes campanhas de propaganda (das suas ações) e de desinformação para isolar eventuais detratores/opositores, acaba por se traduzir numa “forte influência” junto das principais estruturas governativas do Mali. Acresce ainda a retirada francesa do Mali durante o 2º semestre de 2022, e o fim da Operação Barkhane, e ainda a subsequente reorganização da presença do efetivo militar da França na região.</p>	<p>Quanto à participação nacional em missões na região do Sahel, nomeadamente no Mali, julga-se adequado manter a presença na região sendo que se deverá monitorizar e acompanhar a evolução da situação, promovendo o mais possível, as devidas interações desta missão com a EUTM Mali e outras, com o objetivo de manter o esforço de luta antiterrorista na região.</p>

¹ United Nations Multidimensional Integrated Stabilization in Mali.

² Forças Armadas do Mali.

Participação Nacional: 02 militares com funções no Estado-Maior da Missão em Bamako 12 meses		
---	--	--

MINUSCA ³ RCA	Análise	Conclusões/Recomendações
<p>Missão: Operação de manutenção da paz da ONU para proteger a população civil e facilitar o acesso da ajuda humanitária ao país devastado pela guerra. Em 2022, o CSNU adotou a Resolução 2659 (2022) por 12 votos a favor, nenhum contra, com 3 abstenções (China, Gabão, Federação Russa), prorrogando assim o mandado da Missão até novembro 2023, mantendo também o efetivo atual da MINUSCA. A missão nacional consiste na projeção de uma QRF – Força de Reação Rápida – que é acionada para responder, com elevada prontidão e capacidade de emprego da força, se e quando necessário, na proteção da população civil, recolha de informação e operações de vigilância; patrulhas de segurança.</p> <p>Quantitativos: 14.400 militares, incluindo 580 observadores, e 3.020 polícias.</p> <p>Situação no Terreno: Apesar de existirem progressos na estabilização da RCA e de passos positivos do Governo na implementação do Acordo de Paz e do Roteiro de Luanda, incluindo o cessar-fogo unilateral, a dinamização do processo de Diálogo Republicano e a preparação das eleições locais, a RCA mantém necessidades básicas generalizadas, nomeadamente, na vertente da formação das forças armadas e da segurança centro-africanas. Existe</p>	<p>A Missão tem uma serie de tarefas prioritárias, nomeadamente: Apoio à implementação do processo de transição, incluindo os esforços em favor da extensão da autoridade do Estado e preservação da integridade territorial; Proteção dos civis; facilitar a entrega imediata, completa, segura e sem entraves da ajuda humanitária; proteção do pessoal, instalações e equipamentos das Nações Unidas; promoção e proteção dos Direitos Humanos; apoio à justiça nacional e internacional e do Estado de Direito; acompanhar, ajudar a investigar e reportar ao Conselho de Segurança, as violações do direito internacional. Aplica o conceito Desarmamento, Desmobilização, Reintegração e Repatriação (DDRR). Consta-se uma forte presença de forças afiliadas Russas, pertencentes ao Grupo Wagner, que inicialmente se empenharam na segurança direta do Presidente e depois evoluíram para o acompanhamento e combate conjunto com as FACA⁵.</p>	<p>Portugal está presente na RCA desde 2016, contribuindo de forma muito empenhada para a estabilização do país, no âmbito da MINUSCA, missão executiva e da EUTM RCA, missão não executiva. Demonstra assim o seu empenhamento no contributo europeu para a estabilização da RCA. A experiência recolhida durante o empenhamento contínuo na missão, permite um conhecimento profundo da realidade centro africana, suas particularidades e fatores que influenciam o desempenho da missão. Uma hipotética adoção de soluções métricas iguais para contextos diferentes (Mali vrs RCA) parece revelar-se inadequada. Nesta medida, Portugal tem defendido a sua continuidade na MINUSCA, considerando que seria um erro retirar do terreno as forças de paz multinacionais. Acresce a importância estratégica de manter uma participação diferenciada e equilibrada dos empenhamentos nacionais nas diversas</p>

³ *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization in the Central African.*

⁵ Forças Armadas Centro Africanas.

<p>uma forte presença russa, com poder de influência sobre as autoridades.</p> <p>Participação Nacional: 01 companhia de Infantaria, com elementos de ligação, apoio logístico e veículos aéreos não tripulados, com tarefas de vigilância e proteção de força, sedeadas em Bangui, com a missão de QRF⁴ e com um efetivo de 214 militares; e Deputy Force Commander Major-General Pedro Gonçalves Soares exerce funções desde julho 2022 com Staff apoio no Quartel-General de 14 militares 12 meses</p>		<p>Organizações Internacionais que Portugal integra.</p>
---	--	--

UNVMC ⁶ Colombia	Análise	Conclusões/Recomendações
<p>Missão: Monitorização do acordo de desarmamento entre o governo do país e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo, FARC EP. Foi estabelecida através da Resolução 2261 (2016) de 25 de janeiro. O Conselho de Segurança tem prorrogado o mandato todos os anos, sendo que a Resolução 2655 (2022) de novembro de 2022 renova o mandato até 31 de outubro de 2023.</p> <p>Quantitativos: 120 observadores militares e polícias, em equipas conjuntas, e com liderança civil para assegurar a ligação com as forças policiais.</p>	<p>A Missão visa a observação e apoio na reintegração dos membros das FARC-EP à vida política, económica e social.</p> <p>O acordo tripartido celebrado prevê:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A reincorporação política, com garantias para o novo partido ou movimento político que surja da passagem das FARC-EP para um quadro político legal. - Garantias de segurança e combate às organizações e condutas criminosas responsáveis por homicídios e massacres, que agridem defensores de direitos humanos, movimentos sociais ou movimentos políticos ou que ameacem 	<p>A ONU vai continuar a prestar apoio com esta missão de observação, com a muito recente conclusão do processo das segundas eleições nacionais, desde a assinatura do Acordo Final de Paz, e a transição para uma nova administração que se compromete com a implementação do referido acordo.</p> <p>Em termos nacionais a participação nesta missão adequa-se face à orientação política para as Forças Nacionais Destacadas 2022.</p>

⁴ Quick Reaction Force.

⁶ *United Nations Verification Mission Colombia.*

<p>Situação no Terreno⁷: No que diz respeito à reintegração de ex-combatentes, 10566 (2/3 do total) residem fora das áreas para o treino e reintegração e 75% dos acreditados participam em projetos produtivos. Em algumas regiões a reintegração está ameaçada pela insegurança causada por atores armados ilegais, registando-se 355 mortes de ex-combatentes e ainda o registo de 244 homicídios de defensores dos direitos humanos, desde o Início da missão. Tem existido um considerável investimento no desenvolvimento rural abrangente e substituição das culturas ilícitas.</p> <p>Participação Nacional: 2 militares observadores (1 feminino) 12 meses</p>	<p>aqueles que participam da implementação dos acordos e da construção da paz.</p> <p>- Programas abrangentes com medidas de segurança efetivas na proteção das comunidades e devida organização nos territórios.</p>	
--	---	--

⁷ De acordo com o último relatório da missão (jan23).

2.2 Análise das missões no quadro da OTAN

FORWARD PRESENCE Fronteira Leste	Análise	Conclusões/Recomendações
<p>Missão Assurance Measures e Tailored Forward Presence: As Assurance Measures com uma diretiva de abril de 2014, em conjunto com a enhanced Forward Presence⁸ e a Tailored Forward Presence⁹, decididas na Cimeira de Varsóvia em 2016, concretizam um reforço da presença militar no Leste da Europa. Estas iniciativas complementares contra as ameaças híbridas russas, têm vindo a ser fortalecidas ao longo dos últimos anos, contribuindo não só para a postura de dissuasão e defesa da OTAN, mas também para aumentar a sua capacidade de resposta.</p> <p>Participação Nacional: Tailored Forward Presence (Roménia): 04 militares em funções de Estado-Maior 12 meses enhanced Vigilance Activities (Roménia): 01 Companhia de infantaria reforçada do Exército com 222 militares; 01 Unidade de Ground -Based Air Defence (defesa aérea a partir de terra), equipada com mísseis terra-ar Stinger e constituída por até 22</p>	<p>A Defesa da OTAN¹⁰ no seu flanco de Leste, envolveu um reforço que cresceu de 40m para 300m efetivos, em situação de conflito.</p> <p>No caso das Assurance Measures, a participação nacional integra-se numa contínua presença e significativa atividade militar, numa base de rotação, no flanco leste da área de responsabilidade da Aliança Atlântica, materializando -se numa série de exercícios e atividades em terra, no ar e no mar baseados em cenários de defesa coletiva e gestão de crises.</p> <p>No caso da Tailored Forward Presence, a participação nacional visa o desenvolvimento de funções em Estado-Maior nos Comandos Multinacionais das Brigadas aliadas, em regime de rotação.</p> <p>No caso das enhanced Vigilance Activities, e na sequência da invasão da Ucrânia, a OTAN decidiu reforçar a defesa da sua fronteira sudeste, através da missão enhanced Vigilance Activity (eVA), demonstrando coesão na proteção, dissuasão e, se necessário, defesa dos membros da Aliança. Portugal, como membro da OTAN, reafirma o seu forte compromisso com esta organização e reitera o seu empenho nos esforços internacionais para a manutenção da paz, participando na eVA, em 2022.</p>	<p>A invasão da Ucrânia e a identificação da Rússia como uma ameaça permanente para os países geograficamente mais próximos, vem influenciar a postura de dissuasão e defesa da OTAN. O reforço já concretizado da presença dos Aliados nos países do flanco Leste – além dos países bálticos, nomeadamente na Eslováquia, na Hungria, na Roménia e na Bulgária, no âmbito da eVA – será seguramente prolongado no tempo, podendo mesmo vir a ser assumido o seu caráter permanente.</p>

⁸ eFP - Estónia, Letónia, Lituânia e Polónia.

⁹ TFP- Mar Negro.

¹⁰ <https://www.nato.int/nato-static-fl2014/assets/pdf/2022/3/pdf/2203-map-det-def-east.pdf> atualizado pós-junho 2022

militares; 01 Unidade Tarefa de Operações Especiais, a rodar entre a Marinha e o Exército, constituída por até 20 militares | entre 07 abril e 31 dezembro
Assurance Measures (Lituânia): 01 companhia de fuzileiros, 146 militares | entre 01 junho e 29 agosto



OPERAÇÃO SEA GUARDIAN Mediterrâneo	Análise	Conclusões/Recomendações
<p>Missão: Sucessora da Operação Active Endeavour¹¹, a Operação Sea Guardian foi constituída após a Cimeira de Varsóvia em 2016, para reforço da segurança marítima e combate ao terrorismo no mediterrâneo. Fornece apoio direto à Operação EUNAVFOR MED IRINI da UE. O objetivo da participação nacional visa contribuir – através do emprego de meios como o submarino, um navio patrulha e aeronaves de vigilância marítima – para a promoção de um</p>	<p>A Operação Sea Guardian beneficia da atribuição, na modalidade de apoio associado, tanto durante os trânsitos como durante a participação na missão principal, de meios navais portugueses que venham a ser empenhados na área de operações.</p> <p>Esta Operação é considerada flexível e com capacidade de executar toda a gama de tarefas de Segurança Marítima, que possam vir a ser atribuídas às diferentes unidades atribuídas às forças navais permanentes da OTAN.</p> <p>Neste período, quer na Operação Sea Guardian, quer em apoio</p>	<p>Uma presença no Mar Mediterrâneo, no quadro da segurança cooperativa, através da colaboração para e com os países do Magrebe, assumiu-se como uma das orientações políticas para 2022 e futuras FND.</p>

11 Uma das primeiras ações efetuadas pela OTAN em resposta à invocação do Art 5º em 2001.

<p>ambiente marítimo seguro e protegido na região do Mediterrâneo, através do reforço da consciência situacional marítima, da luta contra o terrorismo e da capacidade de segurança no mar Mediterrâneo. A Operação Sea Guardian colabora com outras instituições e organizações, fornecendo informação e conhecimento situacional marítimo.</p> <p>Participação Nacional: 01 aeronave P-3 CUP+, efetuou 6 missões com 76 militares entre 08 outubro e 06 novembro</p>	<p>direto à Operação IRINI, a aeronave em 53 saídas realizadas, detetou mais de 2600 migrantes, realizou 679 contactos de interesse reportados às autoridades e realizou mais de 62 mil contactos.</p>	
--	--	--

SNMG ¹² 1 (Mar do Norte)	Análise	Conclusões/Recomendações
<p>Missão: Força naval permanente da OTAN – Standing Naval Forces (SNF) que nos últimos anos tem vindo a ser empenhada no âmbito das Assurance Measures. As suas missões destinam-se a garantir presença e dissuasão, bem como a incrementar a interoperabilidade entre os meios militares aliados, contribuindo, assim, para a segurança do espaço euro-atlântico.</p> <p>Participação Nacional: 01 militar oficial de comunicações no Comando da Força embarcado em Navio Almirante 12 meses 01 fragata NRP “Corte Real” com 177</p>	<p>Estas Forças Navais constituem-se como a “ponta da lança” da Força Tarefa de mais elevada prontidão da Aliança (Very High Readiness Joint Task Force – VJTF), criada em 2014 na Cimeira de Gales. São compostas por dois Grupos Navais Permanentes SNMG1 e 2 constituídas, normalmente, por fragatas e contratorpedeiros, apoiados por um reabastecedor de esquadra, e por dois Grupos Permanentes de Contramedidas de Minas¹⁴-SNMCMG1 e 2, formados por navios de guerra de minas.</p>	<p>A participação de Portugal nas SNF foi iniciada em 1969, altura em que integrou a Força Naval Permanente para o Atlântico¹⁵, que deu origem, em 2005, ao SNMG1. Desde então, assumiu o seu comando em cinco ocasiões.</p> <p>Portugal integra um restrito número de aliados com capacidade para liderar estas forças navais, facto demonstrativo das competências navais nacionais, nomeadamente em termos operacionais.</p>

¹² Standing NATO Maritime Group que integram as Standing Naval Forces (SNF)

¹⁴ Standing NATO Mine Countermeasures Group.

¹⁵ Standing Naval Force Atlantic – STANAVFORLANT.

<p>militares entre 25 de maio e 16 setembro (Nota: foi antecipada a participação nacional que estava prevista para o 2º semestre, como resposta ao pedido de forças pelo SACEUR13, na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia).</p>		
--	--	--

NATO Mission Iraq	Análise	Conclusões/Recomendações
<p>Missão: Treino e Capacitação das forças iraquianas. Participação Nacional: 01 militar no Quartel-General (Bagdade) 12 meses</p>	<p>Missão foi lançada em julho de 2018, a pedido do governo iraquiano em coordenação com a Coligação Global. Concentra-se em áreas como inativação de engenhos explosivos improvisados, planeamento civil-militar e medicina militar.</p>	<p>Esta missão ajuda as forças iraquianas a proteger a região em geral contra o terrorismo e a impedir o ressurgimento do ISIS.</p>

STANDING NATO MINE COUNTERMEASURES GROUP 2 (SNMCMG2) OPERAÇÃO NOBLE SHIELD Mediterrâneo e Mar Negro	Análise	Conclusões/Recomendações
<p>Missão: Os SNMCMG1 e SNMCMG2 são ativos importantes na OTAN Response Force (NRF). Trata-se de grupos especializados em contramedidas de minas navais. A participação nacional visa pois apoiar a esta força naval permanente disponível da OTAN, participando</p>	<p>Com a ativação dos Graduated Response Plans (GRP) na sequência da invasão da Federação da Rússia à Ucrânia, a Very High Readiness Joint Task Force — Maritime (VJTF -M) foi ativada, passando estas forças navais (SNMCMG2) para uma estrutura de Comando e Controlo (C2) diferente, tendo sido empenhada na Operação Noble Shield, na Área de Operações (OTAN) do Mar Mediterrâneo.</p>	<p>A participação nacional concretiza-se através da disponibilização de meios para estas forças permanentes, podendo estas ser assim empregues em atividades, operações ou, também, por exemplo, nas Assurance Measures se necessário.</p>

13 The Supreme Allied Commander Europe, Comando Estratégico da OTAN para as Operações - Allied Command Operations (ACO).

<p>regularmente com meios e pessoal nas forças navais.</p> <p>Participação Nacional: 01 navio patrulha oceânico com um Destacamento de Mergulhadores Sapadores embarcado, com um efetivo total de até 75 militares entre 08 outubro e 21 dezembro</p>		
--	--	--

OPERAÇÃO NOBLE SHIELD Mediterrâneo e Mar Negro	Análise	Conclusões/Recomendações
<p>Missão: participação nacional com meio aéreo na Operação Noble Shield, contribuindo, assim, para a manutenção da liberdade de navegação e transporte marítimo, patrulha marítima e minimização da ameaça convencional e não convencional na fronteira leste da aliança.</p> <p>Participação Nacional: 1 aeronave de patrulhamento marítimo P-3C CUP+ e respetiva tripulação 46 militares, por um período de 30 dias e 80 (oitenta) horas de voo entre 07 novembro e 06 dezembro</p>	<p>Na sequência da ativação dos Graduated Response Plans, sob o comando do Supreme Allied Commander Europe (SACEUR), como resultado da invasão da Ucrânia por parte da Federação da Rússia, está em curso, desde fevereiro de 2022, a Operação Noble Shield, focada na Europa meridional e centro-oriental. A OTAN, através do Headquarters Allied Air Command (AIRCOM), solicitou junto dos aliados ofertas adicionais como Voluntary National Contributions de forma a garantir as atividades aéreas de tranquilização, dissuasão e defesa na fronteira leste da aliança, até janeiro de 2023, com o objetivo de preservar o controlo do SACEUR na sua área de responsabilidade.</p>	<p>A República Portuguesa, como membro fundador da OTAN reafirma o seu forte compromisso com esta organização e reitera o seu empenho nos esforços internacionais, através da participação nacional das forças aeronavais na Operação Noble Shield. Esta participação nacional, que constituiu uma nova missão no Mediterrâneo, foi objeto de parecer favorável do CSDN em outubro 2022.</p>

2.3 Análise das missões no quadro da União Europeia

EUTM ¹⁶ - Mozambique	Análise	Conclusões/Recomendações
<p>Missão: A Decisão (PESC¹⁷) 2021/1143, de 12 julho, aprova a missão para apoio das Forças moçambicanas, na resposta à situação de Cabo Delgado, nomeadamente na restauração da situação de segurança e na proteção da população civil. Esta é uma missão não executiva e tem uma duração de 2 anos. Visa apoiar a criação de capacidades das Forças Armadas de Moçambique que constituirão uma força de reação rápida.</p> <p>Quantitativos: Foram criados 161 cargos¹⁸, sendo que se vai registar a participação de 12 Estados-Membros, constando atualmente do mapa de efetivos, 115 militares¹⁹ e 12 civis da empresa IQARUS (apoio médico).</p> <p>Situação no Terreno: No atual contexto, projeta-se uma situação securitária com um elevado grau de ameaça terrorista em Cabo Delgado e uma ameaça média para o crime organizado em Maputo, Chimoio e Cabo delgado.</p> <p>Participação Nacional: 48 militares sediados em Maputo, 15 militares no Chimoio e 02 militares em Bruxelas 12 meses</p>	<p>Esta missão tem sido referida como uma missão pioneira em virtude de apresentar um mandato mais focado e um resultado “End State” claramente definido: formar 11 (onze) companhias de forças especiais.</p> <p>A EUTM MOZ é, igualmente, a primeira missão PCSD que beneficiou do MEAP²⁰ (conceito train&equip) através das medidas de assistência (MA) urgentes e de carácter geral. Destinam-se a complementar a formação das FADM, através do fornecimento de equipamento não-letal. Têm um valor total de 89 M€ (85M€ Assistance Measures; e 4M€ Urgent Measures) por um período de 36 meses. A execução da MA geral (dividida em duas tranches) foi confiada a Portugal (85M€), com a nomeação do MDN como Ator de Implementação.</p>	<p>Deverão ser amplamente assumidas as responsabilidades inerentes ao comando da EUTM MOZ, apostando numa solução que mitigue e neutralize o impacto do terrorismo transnacional na região, estendendo e multiplicando a matriz portuguesa de capacitação que decorre do Projeto 6 do Programa-Quadro 2021-2026, e abrindo canais de diálogo e cooperação com os países da região. O Comando Português da missão prossegue em 2023.</p>

¹⁶ *European Union Training Mission.*

¹⁷ Política Externa Segurança Comum.

¹⁸ Crisis Establishment List da missão.

¹⁹ Portugal (65); Áustria (1); Bélgica (3); Espanha (2); Estónia (1); Finlândia (4); França (23); Grécia (8); Itália; Lituânia (2), Suécia; e Roménia (6).

²⁰ Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa.

<p>Comando da Força da Missão: Brigadeiro-general Nuno Lemos Pires janeiro até setembro 2022 Comodoro Rogério Martins de Brito desde setembro 2022</p>		
---	--	--

EUTM - Mali	Análise	Conclusões/Recomendações
<p>Missão: Apoiar as FAMA, reabilitando a sua capacidade militar e capacitando aquelas forças para conduzirem operações militares para recuperação da integridade territorial e redução da ameaça terrorista na região. Teve início em 2013, tendo o Conselho Europeu prorrogado sucessivamente o mandato, que neste momento está em vigor até 18 maio 2024.</p> <p>Quantitativos: 1100 efetivos (1ª fase do 5º Mandato), com a contribuição de 22 Estados membros²¹.</p> <p>Situação no Terreno: O ambiente político no Mali, com reflexos negativos diretos no panorama securitário regional, encontra-se condicionado por dois fatores: i) discussões entre a Junta de Transição e a CEDEAO, relativamente ao calendário eleitoral e efeitos diretos nas sanções impostas e, ii) o contínuo reforço da cooperação entre as autoridades de transição e a Rússia, em detrimento da UE.</p> <p>Participação Nacional: 15 militares a desempenharem funções no Quartel-</p>	<p>Assistimos de facto a uma crescente ameaça terrorista na região, com particular preocupação pela situação no Mali. O fraco empenho das autoridades de Bamako no processo de transição e a crescente influência russa têm agravado o risco de <i>spillover</i> para outros países vizinhos do Sahel, envolvendo estados que, apesar das suas fragilidades internas, num passado recente estavam livres do fenómeno terrorista²². As autoridades malianas, mantêm a expectativa e vontade de que a UE implemente um conceito de “<i>train & equip</i>, providenciando, igualmente, as munições para o treino”. Contudo, atender a este pedido, no quadro atual, não se afigura exequível por parte da UE.</p> <p>O restabelecimento da confiança mútua está dependente do afastamento pelas autoridades malianas, da ingerência de atores não-estatais nos assuntos de Defesa e nas unidades malianas, treinadas e desejavelmente equipadas pela UE. O retomar das ações de treino operacional da EUTM Mali está, igualmente, dependente desta mudança de paradigma no quadro relacional do Mali com o</p>	<p>Partindo do pressuposto de que as autoridades malianas, mantêm a sua vontade em prosseguir com a cooperação com a UE, existe a possibilidade da manutenção da EUTM a partir do Mali, mediante contínua avaliação do contexto securitário. Portugal mantém o apoio aos esforços de segurança dos Estados do Sahel e África Ocidental. Defende, por isso, que a saída do Mali afetaria a luta contra o terrorismo no país e na região, e indicaria uma falta de resiliência, com riscos para a segurança, e implicações para a credibilidade e autonomia estratégica da EU, beneficiando assim os competidores estratégicos como a Rússia. Portugal e os Estados membros de forma geral mantêm o compromisso com a região, conscientes que o custo de retirada é superior ao de permanência, por forma a evitar vazios de poder. Atendendo que a região se</p>

²¹ AT,BE,BG,CZ,DE,EE,EL,ES,FI,FR,HU,IE,IT,LT,LU,LV,NL,PT,RO,SE,SI,SK.

²² Togo, Costa do Marfim, Benim.

<p>General em Bamako e no campo de treino de Koulikoro 12 meses</p>	<p>Grupo Wagner. A missão continua, nomeadamente, a fornecer aconselhamento estratégico ao ministério da defesa e ao G5 Sahel em domínios estruturais específicos, realiza atividades nas academias das Forças Armadas do Mali, e coordena outras atividades com o Burkina Faso e o Níger e apoia o G5 Sahel.</p>	<p>encontra na zona designada de flanco sul da Europa e atentos os desafios securitários que podem ter impacto na segurança do País e do espaço Euro-Atlântico, reconhece-se que este esforço deverá ser partilhado por vários países, não se esgotando apenas na responsabilidade de países do Sul da Europa.</p>
--	---	--

EUTM - RCA	Análise	Conclusões/Recomendações
<p>Missão: Treino e assessoria militar na RCA, de forma a contribuir para a reforma do sector de Defesa. Pela Decisão (PESC) 2022/1334 do Conselho, de 28 de julho de 2022, o Conselho decidiu prorrogar o mandato da EUTM RCA até 20 de setembro de 2023, alterando, para o efeito, a Decisão (PESC) 2016/610, do Conselho, de 19 de abril de 2016. Desta decisão resultou a alteração do mandato da missão, de modo a incluir a formação às Forças Armadas Centro-Africanas em domínios não operacionais e apoiar aos esforços de comunicação estratégica para fomentar os valores e ação da União Europeia.</p> <p>Situação no Terreno: Apesar de existirem progressos na estabilização da RCA e de passos positivos do Governo na implementação do Acordo de Paz e do Roteiro de Luanda, incluindo o cessar-fogo unilateral, a dinamização do processo de Diálogo Republicano e a preparação das eleições locais, a RCA mantém necessidades básicas generalizadas, nomeadamente, na vertente da</p>	<p>Aguarda-se a decisão política de renovar o mandato por mais um ano, tendo vindo a sentir-se um progressivo descomprometimento por parte dos Estados Membros na atribuição de forças para a EUTM RCA. Um bom exemplo foi a dificuldade em assegurar a rendição do anterior Comando da Força da Missão que cessou funções em julho 2022. Portugal tem um bom Conhecimento Situacional daquele teatro de operações, responsabilidade e compromisso, que advêm da sua participação de longa data na RCA. Já comandou duas vezes esta Missão o que lhe granjeia o devido reconhecimento por parte da UE e, mais importante, confiança e prestígio junto das autoridades locais. Esta ligação supramencionada é reforçada pela participação nacional conjugada na EUTM, MINUSCA e Célula de Informações RCA, para além da própria cooperação bilateral (Acordo bilateral de Defesa firmado com Bangui em 2019). Dentro desta lógica, Portugal disponibilizou-se para assumir o Comando da Força, também este ajuste sujeito a deliberação, tendo o CSDN emitido parecer favorável, na sua sessão ordinária de 3 de outubro de</p>	<p>A experiência no terreno permite a Portugal desenvolver pensamento crítico e aplicar as lições aprendidas (úteis para balizamento de futuras projeções no país e na região). Com uma hipotética retirada da EUTM RCA, estaria em causa a credibilidade da UE - junto dos parceiros e da própria RCA - e seria aproveitada por outros adversários. O nosso país deverá continuar a assumir-se em África, como um ator incontornável e facilitador do diálogo - quer para a UE, quer para os EM - naquela região e no continente no seu todo. A revisão estratégica da missão em 2023 será decisiva para determinar o enquadramento futuro da missão, podendo esse incluir a redução da missão orientada para um conceito mais à medida dos objetivos a definir.</p>

<p>formação das forças armadas e de segurança centro-africanas. Existe uma forte presença russa, com poder de influência sobre as autoridades. Entretanto em 2022 foi suspenso o pilar de treino da missão. Afigura-se importante a reativação deste pilar, porquanto é tido como essencial para a formação dos oficiais das forças armadas da RCA.</p> <p>Participação Nacional: 15 militares + 06 militares do Brasil entre 01 janeiro e 10 outubro. Após parecer favorável do CSDN, o efetivo foi reforçado em 14 militares com participação adicional de Comandante da Força. 23 militares + 06 militares do Brasil, incluindo o Comando da Força da Missão Comando da Força da Missão: Brigadeiro-general Lino Gonçalves entre 10 outubro e 31 dezembro</p>	<p>2022, sobre o reforço da participação de Portugal na referida missão.</p>	
---	--	--

EUTM Somália Mogadíscio	Análise	Conclusões/Recomendações
<p>Missão: Apoiar o Governo de Transição nas funções de segurança das populações. O Conselho Europeu prorrogou os mandatos das suas missões e operações da PCSD no Corno de África e na Somália, salientando-se em especial, a missão da EUTM Somália, e que assim se estende até 31 de dezembro de 2024. Esta decisão foi tomada na sequência da revisão estratégica holística da missão.</p>	<p>EUTM é parte da Estratégia de abordagem da EU para a Somália, que inclui 2 missões complementares no âmbito da PCSD, a OP ATALANTA e a EUCAP Somália²³. Nesta lógica, a ação da PCSD da UE foi alargada para apoiar o reforço das forças e instituições de segurança da Somália, tendo em vista a assunção gradual das responsabilidades de segurança da Missão de Transição da União Africana na Somália (ATMIS), em conformidade com a revisão do <i>Somali Transition Plan</i>. Com os mandatos renovados, a EUTM Somália apoiará o</p>	<p>Esta missão faz parte dos esforços diplomáticos, apoio ao desenvolvimento, e ajuda humanitária para a região e assim, contribuir para o estabelecimento de melhores condições de segurança.</p>

²³ Visa o desenvolvimento das capacidades de segurança marítima no Corno de África e Oceano Indico Ocidental.

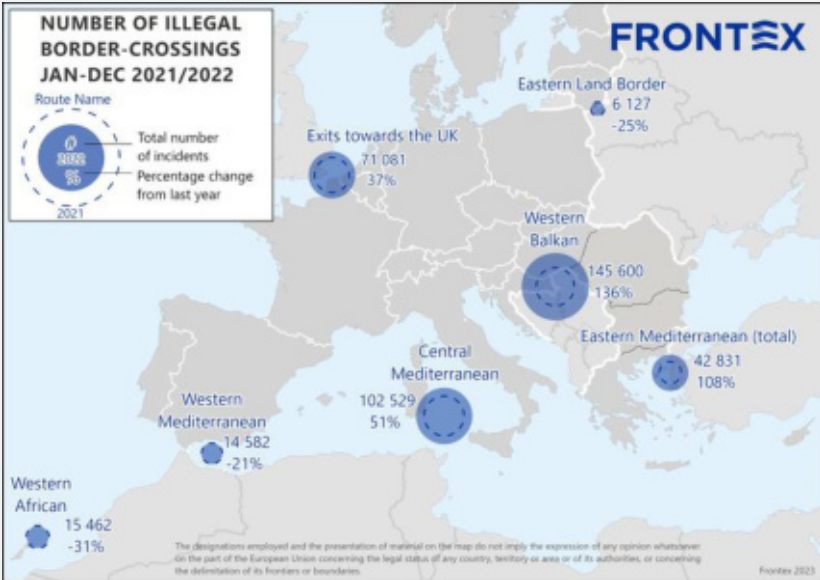
<p>Participação Nacional: 02 militares nas funções de formadores 12 meses</p>	<p>desenvolvimento das capacidades e competências da Somália através de aconselhamento estratégico, orientação e formação, acompanhados pelo apoio de equipamento financiado pela UE do Fundo Europeu para a Paz.</p>	
---	---	--

OPERAÇÃO ATALANTA Somália	Situação/Análise	Conclusões/Recomendações
<p>Missão: O Conselho Europeu prorrogou os mandatos das suas missões e operações da PCSD no Corno de África e na Somália, salientando-se em especial, a operação da Força Naval da UE – Operação ATALANTA, uma das operações marítimas militares executivas da UE, e que assim se estende até 31 de dezembro de 2024. Esta decisão foi tomada na sequência da revisão estratégica holística da missão.</p> <p>Participação Nacional: 04 militares no Estado-Maior, distribuídos pelo OHQ em Rota, Espanha (2) e no Centro de Segurança Marítima – Corno de África (MSCHOA) em Brest (2) 12 meses; Comando da Força da Missão: Comodoro Marcelo Correia e 05 militares embarcados na fragata italiana “Virginio Fasan entre 04 agosto e 02 dezembro; e Comodoro Nuno Cortes Lopes e 05 militares embarcados na fragata espanhola “Santa Maria” entre 02 dezembro e 17 fevereiro 2023</p>	<p>Na ausência de apoio da Somália, o Conselho de Segurança da ONU não renovou as autorizações inicialmente concedidas pela resolução UNSCR 1846 (2008) no "aplicável às águas territoriais, com todos os meios necessários para reprimir atos de pirataria no mar". Assim, a partir de 03 de março de 2022, não existe enquadramento legal para atuação da ATALANTA no mar territorial da Somália, sem o consentimento das autoridades oficiais.</p> <p>Não obstante, a Operação ATALANTA mantém a sua atividade na zona mais abrangente da área de operações, extra mar territorial, e prossegue as suas atividades de dissuasão, prevenção e repressão da pirataria e dos assaltos à mão armada no mar e alarga o seu âmbito geográfico até ao norte do mar Vermelho. Cumulativamente, e tirando partido dos êxitos no combate à pirataria ao largo da costa do Corno de África e da Somália, o mandato global da operação ATALANTA foi consolidado. Com este mandato, a operação ATALANTA está agora em melhores condições para contribuir para a aplicação do embargo de armas imposto pelas Nações Unidas à Somália, reduzir o tráfico de droga, apoiar a luta em curso contra o al-Shabaab e as suas fontes de financiamento, bem como os progressos do Governo</p>	<p>A Operação ATALANTA foi criada devido ao aumento drástico da Pirataria na costa da Somália. Tendo Início em dezembro de 2008, tem tido como sua principal missão a proteção do transporte marítimo internacional na costa da Somália e a luta contra a Pirataria marítima. Sendo a ATALANTA parte integrante da abordagem da UE ao Corno de África e à Somália, a Operação apoia as suas missões “irmãs” EUCAP e EUTM, e mantém ligações estreitas com as representações da UE em toda a área, contribuindo para a implementação da UE dos programas como o MASE ou o Projeto Mar Vermelho; destinadas a melhorar a arquitetura regional de segurança marítima.</p>

	<p>da Somália. Este âmbito mais alargado assegurará a liberdade de navegação e a proteção dos navios do Programa Alimentar Mundial e de outros navios vulneráveis para a Somália, permitindo à UE, no espírito de uma abordagem integrada, apoiar melhor a construção de uma arquitetura regional de segurança marítima mais vasta.</p>	
--	---	--

OPERAÇÃO IRINI Mediterrâneo	Análise	Conclusões/Recomendações
<p>Missão: Sucessora da Operação Sophia²⁴, a operação naval IRINI foi lançada a partir de 31 março de 2020, com o intuito de combater a rede de tráfico humano e de migração clandestina. Tem ainda por mandato, inspecionar os navios suspeitos de transportar armas para a Líbia, violando o embargo ao armamento imposto ao país. A ação da aeronave contribuiu para estabelecer e melhorar o conhecimento situacional marítimo do Mar Mediterrâneo, nos comandos da Aliança Atlântica e da União Europeia.</p> <p>Participação Nacional: 01 aeronave de vigilância marítima P-3 CUP+ com efetivo de 36 militares com 95 horas de voo entre 08 setembro e 07 outubro</p>	<p>Importa referir que o contexto político e securitário se tem deteriorado, com todas as partes a violarem sucessivamente o embargo às armas. Não obstante, esta operação militar PCSD é o único ator que assegura a implementação do embargo da ONU às armas em alto mar à Líbia. Destaca-se ainda o seu papel de imparcialidade e pela cooperação com a FRONTEX e autoridades locais, sobre tráfico de seres humanos. Não obstante, tem sido frequentemente referida a incapacidade de se desenvolver o pilar de treino e capacitação da Guarda Costeira Líbia, por falta de interesse da outra parte e da atual situação política. Como desafios, elenca-se a posição de bloqueio da Turquia de acesso aos navios de bandeira turca para inspeções e a falta de meios (operacionais e de informações) da missão.</p> <p>Neste período, quer na Operação Sea Guardian, quer em apoio direto à Operação IRINI, a aeronave P-3, em 53 saídas realizadas, detetou mais de 2600 migrantes, realizou 679 contactos de interesse reportados às autoridades e realizou mais de 62 mil contactos.</p>	<p>Esta Operação que garante a presença no Mar Mediterrâneo, onde se registam importantes fluxos de emigração em direção ao continente europeu, assume grande relevância no quadro da segurança cooperativa. A colaboração com os países do Magrebe e a promoção da segurança marítima são orientações políticas para a execução do planeamento militar para 2022 e para as futuras FND.</p>

²⁴ European Union Naval Force-Mediterranean EUNAVFOR MED.

FRONTEX ²⁵	Análise	Conclusões/ Recomendações																								
<p>Missão: Controlo das fronteiras externas com a participação variada de entidades civis e militares. Visa detetar, localizar, identificar e impedir a atividade ilegal de embarcações envolvida na atividade associada aos fluxos migratórios irregulares, e prestar auxílio e socorro se necessário.</p> <p>Participação Nacional: Na Operação Indalo: 1 navio patrulha costeiro NRP “Mondego” da Marinha com 33 militares entre 29 maio a 01 julho.</p> <p>01 aeronave C-295 da Força Aérea com 16 militares entre 09 agosto e 30 novembro.</p> <p>02 elementos militarizados da Autoridade Marítima-Polícia Marítima entre 05 outubro e 02 dezembro.</p> <p>Na Operação Themis: 18 elementos da Autoridade Marítima-Polícia Marítima entre 15 junho e 07 setembro.</p> <p>Na Operação Poseidon: 52 elementos da Autoridade Marítima-Polícia Marítima entre 01 julho e 31 dezembro.</p>	<p>De acordo com as informações partilhadas pela FRONTEX²⁶, até ao final do segundo semestre de 2022, registaram-se cerca de 330 000 entradas irregulares na EU, o maior valor desde 2016.</p>  <table border="1"> <caption>NUMBER OF ILLEGAL BORDER-CROSSINGS JAN-DEC 2021/2022</caption> <thead> <tr> <th>Route Name</th> <th>Total number of incidents</th> <th>Percentage change from last year</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Western African</td> <td>15 462</td> <td>-31%</td> </tr> <tr> <td>Western Mediterranean</td> <td>14 582</td> <td>-21%</td> </tr> <tr> <td>Central Mediterranean</td> <td>102 529</td> <td>51%</td> </tr> <tr> <td>Eastern Mediterranean (total)</td> <td>42 831</td> <td>108%</td> </tr> <tr> <td>Western Balkan</td> <td>145 600</td> <td>136%</td> </tr> <tr> <td>Exits towards the UK</td> <td>71 061</td> <td>37%</td> </tr> <tr> <td>Eastern Land Border</td> <td>6 127</td> <td>-25%</td> </tr> </tbody> </table>	Route Name	Total number of incidents	Percentage change from last year	Western African	15 462	-31%	Western Mediterranean	14 582	-21%	Central Mediterranean	102 529	51%	Eastern Mediterranean (total)	42 831	108%	Western Balkan	145 600	136%	Exits towards the UK	71 061	37%	Eastern Land Border	6 127	-25%	<p>A agência FRONTEX foi criada em 2004 para reforçar e dinamizar a cooperação entre as autoridades das fronteiras nacionais dos EM.</p> <p>A participação portuguesa tem vindo a ser muito elogiada, nomeadamente pelo <i>International Coordination Center</i>, em Madrid.</p> <p>Como referido anteriormente, a colaboração com os países do Magrebe e a promoção da segurança marítima são orientações políticas para a execução do planeamento militar para 2022 e para as futuras FND.</p>
Route Name	Total number of incidents	Percentage change from last year																								
Western African	15 462	-31%																								
Western Mediterranean	14 582	-21%																								
Central Mediterranean	102 529	51%																								
Eastern Mediterranean (total)	42 831	108%																								
Western Balkan	145 600	136%																								
Exits towards the UK	71 061	37%																								
Eastern Land Border	6 127	-25%																								

²⁵ Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas da União Europeia.

²⁶ <https://frontex.europa.eu/media-centre/news/news-release/eu-s-external-borders-in-2022-number-of-irregular-border-crossings-highest-since-2016-YsAZ29>

2.4 Análise das missões no quadro Bilateral e Multilateral

CAPACITAÇÃO GUARDA COSTEIRA – São Tomé e Príncipe	Análise	Conclusões/Recomendações
<p>Missão: Fiscalização conjunta com elementos da Guarda Costeira e a Direção de Pescas de S. Tomé e Príncipe</p> <p>Participação Nacional: Empenhamento do NRP “Zaire” em missão de longa duração, com uma guarnição de 36 militares 12 meses</p>	<p>Esta Missão de cooperação insere-se em complemento do Acordo de Cooperação no domínio da fiscalização conjunta de espaços marítimos sob soberania ou jurisdição de STP, assinado em São Tomé, em 16 de fevereiro de 2011.</p>	<p>Esta missão teve início em janeiro de 2018, e tem vindo a decorrer com resultados muito positivos, constituindo-se um vetor decisivo para a capacitação da Guarda Costeira de STP, em particular, e das suas Forças Armadas, de uma forma geral. Assume uma grande visibilidade na região, com um bom posicionamento estratégico para o conhecimento situacional marítimo da região. O reconhecido sucesso da missão tem contribuído decisivamente para afirmar Portugal enquanto promotor de Segurança Marítima na região do Golfo da Guiné, em consonância com a linha orientadora da política externa portuguesa, segundo a qual Portugal deve ter um papel visível e ativo na resposta da comunidade internacional às ameaças na região, bem como no estabelecimento de relações de confiança com as autoridades dos países da região.</p>

OPERAÇÃO GALLANT PHOENIX - Jordânia	Análise	Conclusões/Recomendações
<p>Missão: Multinacional de partilha de informação e <i>intelligence</i>. Esta é uma Missão do Centro de Informações e de Segurança Militar (CISMIL).</p>	<p>Centro de fusão de inteligência estabelecido em 2013 perto de Amã, na Jordânia. Compreende vários países e inclui uma variedade de agências, militares e civis.</p>	<p>A informação coligida neste Centro, assume importância em ações preventivas para evitar a concretização de ameaças dirigidas, quer contra o nosso território (a partir de</p>

<p>Participação Nacional: 02 analistas militares 12 meses</p>	<p>Visa aumentar a capacidade dos países membros na resposta às ameaças extremistas violentas atuais, em evolução e futuras - independentemente da ideologia da ameaça.</p>	<p>Estados terceiros), quer no nosso território, contra os nossos cidadãos.</p>
---	---	---

CÉLULA INFORMAÇÕES NACIONAL - RCA	Análise	Conclusões/Recomendações
<p>Missão: Apoio ao contingente nacional que se encontra em missões no território.</p> <p>Participação Nacional: 06 elementos, 05 militares e 01 civil 12 meses</p>	<p>Esta Missão teve início em setembro de 2020 no âmbito dos esforços de Portugal na RCA, onde se encontra empenhado nas missões da ONU e da EU, em prol da paz e segurança na região.</p>	<p>As referidas nas missões MINUSCA e EUTM RCA.</p>

TASK FORCE TAKUBA - Mali	Análise	Conclusões/Recomendações
<p>Missão: Dispositivo multinacional com liderança francesa para contribuir para a estabilização da região do <i>Sahel</i>, em apoio direto às FAMA.</p> <p>Situação no Terreno: A presença confirmada do Grupo Wagner e de militares russos no Mali, em atividades operacionais e ações de assessoria ao governo em funções, impôs dificuldades legais acrescidas aos parceiros internacionais, nomeadamente na TF TAKUBA, que levaram à expulsão do contingente dinamarquês e do Embaixador de França no país. Portugal preparava-se para projetar uma unidade de forças de operações especiais que, beneficiando do SOFA bilateral francês, teve de cancelar.</p>	<p>A FR submeteu aos parceiros da Coligação uma nova estratégia para o <i>Sahel</i> e para a África Ocidental, com a intenção de prosseguir, de uma forma mais abrangente, com o envolvimento na região e no GdG, atentos os sinais evidentes de deslocalização e/ou contágio da ameaça terrorista. Assumindo o objetivo da luta antiterrorista com ênfase no <i>Níger e Burkina Faso</i> a FR tem vindo a reorganizar o dispositivo das suas forças na região.</p> <p>Assistimos a uma crescente ameaça na região, com particular preocupação pela situação no Mali. O fraco empenho das autoridades de <i>Bamako</i> no processo de transição e a crescente influência russa têm agravado o risco de <i>spillover</i> para outros países vizinhos do Sahel, envolvendo</p>	<p>Todos os pressupostos pareciam indicar avanços por parte dos parceiros internacionais na luta antiterrorista, para os países costeiros e o Golfo da Guiné. Os pressupostos da Missão e os diferentes cenários sobre a presença Nacional e dos parceiros europeus na região foram sendo objeto de avaliação, com especial incidência no primeiro semestre de 2022, culminando no fim da própria Task Force Takuba. Neste sentido, foi cancelada a continuidade da participação Nacional na missão no Mali/Chade devido a dificuldades na obtenção de acordo por parte das Autoridades do Mali, para a presença de Forças Armadas estrangeiras no seu território.</p>

<p>Participação Nacional: 02 militares de operações especiais no Quartel-General, que, entretanto, se deslocaram para o Chade 01 janeiro até 25 de agosto (fim da missão).</p>	<p>estados que, apesar das suas fragilidades internas, num passado recente estavam livres do fenómeno terrorista (ex. Togo, Costa do Marfim, Benim).</p>	
--	--	--

OPERAÇÃO CORYMBE Golfo da Guiné	Análise	Conclusões/Recomendações
<p>Missão: A Operação Corymbe é uma operação da Marinha Francesa no Golfo da Guiné que visa a segurança marítima no Golfo da Guiné através da cooperação entre França e os países africanos.</p> <p>Participação Nacional: 1 pelotão de Fuzileiros com efetivo até 24 militares embarcado em navio aliado em missão na região entre 06 outubro e 05 de dezembro</p>	<p>Portugal partilha os seus esforços internacionais na contribuição para a segurança marítima na região do Golfo da Guiné e no reforço do conhecimento mútuo e interoperabilidade nos domínios das operações, treino e formação de fuzileiros.</p>	<p>Portugal tem vindo a participar na Operação «Corymbe» desde 2016 e em 2022 renovou o seu compromisso. O Pelotão nacional esteve embarcado no navio francês PHA TONNERRE.</p>

INICIATIVA MAR ABERTO 22.2 Golfo da Guiné	Análise	Conclusões/Recomendações
<p>Missão: Realização da Iniciativa Mar Aberto 22.2 e de atividades de segurança marítima e outras, de âmbito bilateral e multilateral, incluindo a participação nas Presenças Marítimas Coordenadas (PMC) da UE, no Golfo da Guiné.</p> <p>Participação Nacional:</p>	<p>Esta Iniciativa 22.2 concretiza o assumir de compromissos internacionais de Portugal no âmbito da produção de cartografia náutica em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, garantindo também o esforço de sondagem hidrográfica no arquipélago de Cabo Verde e na Guiné-Bissau. Contribui para o reforço do conhecimento hidro-oceanográfico sobre os oceanos e</p>	<p>Esta missão enquadra-se numa perspetiva de presença Nacional num quadro de cooperação bilateral e multilateral para a segurança marítima no Golfo da Guiné e contribui de forma significativa, no plano bilateral e multilateral, para a prossecução de objetivos da política externa nacional</p>

<p>1 navio hidrográfico ASG NRP “D. Carlos I” com um efetivo 55 militares, que incluiu uma equipa de segurança, uma equipa de mergulhadores, uma equipa hidrográfica e um médico naval. 17 novembro – 29 dezembro</p>	<p>permite dinamizar e fomentar atividades no âmbito da CDD, coordenando essas ações entre a DGPND e a Marinha. Cumulativamente, potencia a presença nas áreas do Golfo da Guiné de maior incidência de atividades de pirataria e criminalidade marítima e reforça a participação nas Presenças Marítimas Coordenadas da EU, assegurando, através da marinha a ligação ao Maritime Area of Interest Coordination Cell, órgão criado no Estado-Maior Militar da UE. A Iniciativa foi também uma oportunidade para promover o Atlantic Center – Centro do Atlântico junto dos países visitados.</p>	<p>portuguesa e o cumprimento de compromissos internacionais assumidos por Portugal. Deverá manter-se e expandir a duração e os itinerários da Iniciativa Mar Aberto em 2023 dado o seu potencial multiplicador no plano bilateral da CDD, idealmente em modo de <i>double-hatting</i> com as PMC como aconteceu em 2022.</p>
--	---	---

<p>MISSÃO DE TREINO PORTUGUESA GUINÉ-BISSAU República da Guiné-Bissau</p>	<p>Análise</p>	<p>Conclusões/Recomendações</p>
<p>Missão: Contribuir para o reforço, materialização e ampliação das Assessorias Temporárias do Programa—Quadro CDD, desenvolvendo ações de apoio às atividades de formação, ensino, treino e desenvolvimento que contribuam para a edificação de capacidade operacional da Defesa Nacional e das Forças Armadas da Guiné-Bissau, contribuindo ainda para o treino e capacitação no âmbito da vigilância e da segurança marítima das zonas costeiras.</p> <p>Participação Nacional: 30 militares, divididos por 1 equipa da Marinha, 1 equipa do Exército e 1 equipa da Força Aérea entre 01 setembro e 08 dezembro</p>	<p>Esta Missão enquadra-se nos objetivos gerais traçados no Programa-Quadro de Cooperação no Domínio da Defesa com a Guiné-Bissau 2021-2025, de 14 de dezembro de 2021, em que se reconhece a necessidade de potenciar os mecanismos para a afirmação das FND na RGB, como incremento da cooperação bilateral entre os dois países no domínio da Defesa.</p>	<p>À semelhança de outras missões num quadro de cooperação bilateral, esta enquadra-se numa perspetiva da presença Nacional numa perspetiva de capacitação e treino envolvendo efetivo dos três ramos e constituiu uma oportunidade para aperfeiçoamento conceptual e o desenvolvimento destas missões de capacitação/treino enquadradas nos Programas-Quadro.</p>

3. Atividades de Cooperação no Domínio da Defesa

A presente informação, reportada ao período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2022, retrata as atividades de CDD decorrentes dos seis Programas-Quadro, e respetivos Projetos, celebrados com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Neste domínio, encontra-se estabilizado o processo de substituição do conceito de CTM pelo de CDD, procurando abranger toda a atividade de cooperação que o MDN desenvolve com os PALOP e com Timor-Leste, bem como o alinhamento, estratégico e temporal, com os Programas Estratégicos de Cooperação celebrados Estado a Estado.

3.1. Análise dos Programas-Quadro

<i>Angola Programa Quadro 2022-2026</i>	Análise
<p>Projetos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas 2- Exército 3- Força aérea Nacional 4- Marinha de Guerra Angola 5- Escola Superior de Guerra <p>Participação Nacional: Empenhamento, durante o 2º semestre, de 45 militares portugueses, com estatuto de residente ou em assessorias temporárias.</p>	<p>Estes Projetos foram executados em Luanda, em Cabo Ledo, no Ambriz e no Lobito.</p> <p>O efetivo residente integra militares responsáveis pela gestão administrativo-logística da Residência da CTM (Hotel Império), em Luanda.</p> <p>O novo Programa-Quadro, cujo texto foi harmonizado em Luanda, em novembro de 2021, foi assinado em junho de 2022, em Lisboa.</p>

<i>Cabo Verde Programa Quadro 2021-2026</i>	Análise
<p>Projetos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Estrutura Superior de Defesa Nacional e das Forças Armadas de Cabo Verde e da Guarda Nacional 2- Segurança e Autoridade do Estado no mar e no ar, a Guarda Costeira e os Fuzileiros Navais. <p>Participação Nacional: Empenhamento, durante o 2º semestre, de 2 militares portugueses, com estatuto de residente.</p>	<p>O atual Programa-Quadro foi assinado em novembro de 2021, na Cidade da Praia. De entre as várias áreas de cooperação consagradas no PQ, sinaliza-se a promoção de ações que permitam a participação conjunta das Forças Armadas de ambos os países em missões de paz e a Formação em Portugal, bem como a promoção do diálogo político em áreas de interesse comum ligadas à segurança marítima como sejam o Projeto SWAIMS (<i>Support to West Africa Integrated Maritime Strategy</i>) de Cooperação Delegada entre a EU e a CEDEAO, as Presenças Marítimas Coordenadas no Golfo da Guiné, no âmbito da EU e o Centro do Atlântico.</p> <p>Pela sua relevância estratégica, sinaliza-se o desenvolvimento de ações de fiscalização conjunta das águas sob jurisdição de Cabo Verde. Sinaliza-se, pela relevância política, o apoio à implementação de uma Autoridade Aeronáutica Militar e o apoio à elaboração da Lei de Programação Militar a par do levantamento da Esquadilha Aérea da GC.</p>

	<p>O efetivo de assessores encontra-se concentrado na Cidade da Praia, estando em curso os preparativos para deslocar o Projeto 2 para o Mindelo, ecolocalizando-o com o Comando da Guarda Costeira.</p>
--	--

<p>Guiné-Bissau Programa Quadro 2021-2025</p> <p>Projetos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas da Guiné-Bissau 2- Exército da Guiné-Bissau 3- Marinha de Guerra da Guiné-Bissau <p>Participação Nacional: Empenhamento, durante o 2º semestre, de 4 militares portugueses, com estatuto de residente.</p>	<p>Análise</p> <p>O Programa-Quadro foi assinado em 14 dezembro de 2021, em Bissau, pelos Ministros da Defesa de ambos os países.</p> <p>A par dos três projetos identificados e da Formação em Portugal, das várias áreas de cooperação consagradas no PQ, sobressai a possibilidade de se desenvolver ações que permitam a participação conjunta das Forças Armadas de ambos os países em missões de paz, bem como a possibilidade de o Ministério da Defesa Nacional português, através de missões a desenvolver pelas Forças Armadas, apoiar as áreas respeitantes à formação, vigilância e segurança marítima, saúde militar,</p> <p>Relevam, ainda, a promoção do diálogo político em áreas de interesse comum ligadas à segurança marítima como sejam o Projeto SWAIMS (<i>Support to West Africa Integrated Maritime Strategy</i>) de Cooperação Delegada entre a EU e a CEDEAO, as Presenças Marítimas Coordenadas no Golfo da Guiné, no âmbito da EU e o Centro do Atlântico.</p> <p>Importa sinalizar que, devido a constrangimentos o cargo do Projeto 1 é provido em acumulação por um dos restantes Projetos.</p> <p>No efetivo residente está integrado 1 militar responsável pela gestão administrativo-logística da Residência da CTM (Santa Luzia), em Bissau.</p>
--	--

<p>Moçambique Programa Quadro 2021-2026</p> <p>Projetos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Estrutura Superior de Defesa Nacional e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) 2- Exército de Moçambique 3- Marinha de Guerra de Moçambique 4- Força Aérea de Moçambique 	<p>Análise</p> <p>O Programa-Quadro, assinado em Lisboa, em 10 de maio de 2021, passou a integrar 6 Projetos, sendo de salientar a desagregação do Projeto 1 das atividades de apoio ao Exército; a criação de um Projeto exclusivo para apoio as FADM no combate ao terrorismo; e a agregação de todas as</p>
--	--

<p>5- Ensino Militar 6- Formação e capacitação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique em operações de contraterrorismo.</p> <p>Participação Nacional: Empenhamento, durante o 2º semestre, de 35 militares portugueses, com estatuto de residente ou em assessorias temporárias.</p>	<p>atividades relativas ao ensino militar num só Projeto.</p> <p>Com a aprovação do plano de missão para a EUTM Moçambique atividades atribuídas inicialmente ao Projeto 6, relativas ao treino das Companhias do tipo QRF, passaram para a responsabilidade da EUTM.</p> <p>O Projeto 6 foi, entretanto, reconfigurado e orientado para o pós-EUTM, com o nível de ambição do projeto, de apoiar as FADM, no desenvolvimento de capacidades de Forças de Operações Especiais (incluindo as áreas das informações militares e da ciberdefesa).</p> <p>Nesta redefinição, o Projeto 6 mantém a assessoria à capacidade de Forças Especiais que continuará a acontecer na Katembe (Escola de Fuzileiros) e, presumivelmente em Nacala (Centro de Formação de Forças Especiais), mantendo-se o Diretor Técnico (DT) em Maputo.</p> <p>O efetivo residente que se encontra distribuído por Maputo, Boane, Katembe e Nampula integra militares responsáveis pela gestão administrativo-logística das Residências – duas em Maputo e uma em Nampula</p>
---	---

<i>S. Tomé e Príncipe Programa Quadro 2021-2025</i>	Análise
<p>Projetos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas de S. Tomé e Príncipe 2- Guarda Costeira 3- Pelotão de Engenharia Militar de Construções <p>Participação Nacional: Empenhamento, durante o 2º semestre, de 4 militares portugueses, com estatuto de residente ou temporário.</p>	<p>O Programa-Quadro foi assinado em 9 de setembro de 2022, em São Tomé, pelos Ministros da Defesa de ambos os países. O Projetos desenvolve-se em todo o arquipélago. A par dos projetos identificados, é considerada a possibilidade de se desenvolver ações que permitam a participação conjunta das Forças Armadas de ambos os países em missões de paz e a Formação em Portugal, bem como a promoção do diálogo político em áreas de interesse comum ligadas à segurança marítima como sejam as Presenças Marítimas Coordenadas no Golfo da Guiné, no âmbito da EU e o Centro do Atlântico e, ainda, a possibilidade de o Ministério da Defesa Nacional português, através de missões a desenvolver pelas Forças Armadas, apoiar as áreas respeitantes à formação, vigilância e segurança marítima, saúde militar e participação conjunta em operações de paz.</p> <p>Pela sua relevância estratégica, sinaliza-se o desenvolvimento de ações de fiscalização conjunta das águas sob jurisdição de São Tomé e Príncipe e,</p>

	ainda o compromisso nacional de assegurar o funcionamento do sistema de assinalamento marítimo deste país.
--	--

<i>Timor Leste Programa Quadro 2017-2021</i>	Análise
<p><u>Projetos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> 1- Estrutura Superior da Defesa e das F-FDTL 2- Componente de Formação e Treino 3- Componente Naval 4- Componente Terrestre 5- Instituto de Defesa Nacional de Timor Leste <p><u>Participação Nacional:</u> Empenhamento, durante o 2º semestre, de 23 militares portugueses, com estatuto de residente.</p>	<p>O Programa-Quadro, assinado em 23 de maio de 2017, em mantém a sua vigência enquanto decorre o processo negociação do novo PQ, a vigorar no período de 2022-2024. Atualmente aguardam-se os contributos da contraparte timorense.</p> <p>Uma das particularidades da CDD com Timor-Leste assenta no apoio ao ensino da língua portuguesa, em parceria com o Camões, I.P. sendo de sinalizar o compromisso no apoio à instalação de um Centro de Língua Portuguesa em Metinaro.</p> <p>Assinala-se a necessidade do projeto 2 ser renomeado em face das alterações organizacionais verificadas no seio das F-FDTL.</p> <p>O efetivo de assessores militares distribui-se por Díli, Hera, Metinaro e Baucau e inclui três assessores certificados como professores de Português e um militar responsável pela gestão administrativo—logística.</p>

No Quadro da CDD, o empenhamento nacional foi de 113 elementos (108 permanentes e 5 temporários). O Exército constitui-se como o Ramo que mais contribuiu neste 2º semestre, existindo um equilíbrio nos países onde a presença nacional mais se destaca, Angola e Moçambique.

2º Semestre 2022

País	Categoria	Marinha				Exército				Força Aérea				Total			
		Permanentes		Temporários		Permanentes		Temporários		Permanentes		Temporários		Permanentes		Temporários	
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
República de Angola	Oficiais	12				15		1		8	2			35	2	1	
	Sargentos	3				1				3				7			
	Total	15				16		1		11	2			42	2	1	
República de Cabo Verde	Oficiais	1				1								2			
	Sargentos																
	Total	1				1								2			
República da Guiné-Bissau	Oficiais	1				1								2			
	Sargentos					1				1				2			
	Total	1				2				1				4			
República de Moçambique	Oficiais	7				8		1		5				20		1	
	Sargentos	4				2		1		6	1			12	1	1	
	Praças													0			
	Total	11				10		2		11	1			32	1	2	
República Democrática de São Tomé e Príncipe	Oficiais	1				1								2			
	Sargentos					2								2			
	Total	1				3								4			
República Democrática de Timor-Leste	Oficiais	7				10	1	1		1	1			18	2	1	
	Sargentos	1						1						1		1	
	Total	8				10	1	2		1	1			19	2	2	
Total		37				42	1	5		24	4			103	5	5	
Total por situação		37				43		5		28				108		5	

3.2. Formação em Portugal

A Formação em Portugal de auditores/as, alunos/as e formandos/as dos PALOP e de Timor-Leste é enquadrada por dois programas: o Programa de Ensino Militar em Portugal (PEMPOR) e o Programa de Formação em Portugal (PFORPOR).

O PEMPOR foi criado para rentabilizar a capacidade sobrando da rede de Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar (EESPUM) e, concomitantemente estreitar a relação bilateral no domínio da Defesa entre Portugal e os PALOP e TL²⁷.

O PFORPOR visa a qualificação técnica de formandos dos PALOP e Timor-Leste em diversas áreas militares específicas.

Em termos da formação disponibilizada por Portugal, envolveu 74 formandos/estudantes, destacando-se o Exército em termos de ensino e Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, em termos de participação.

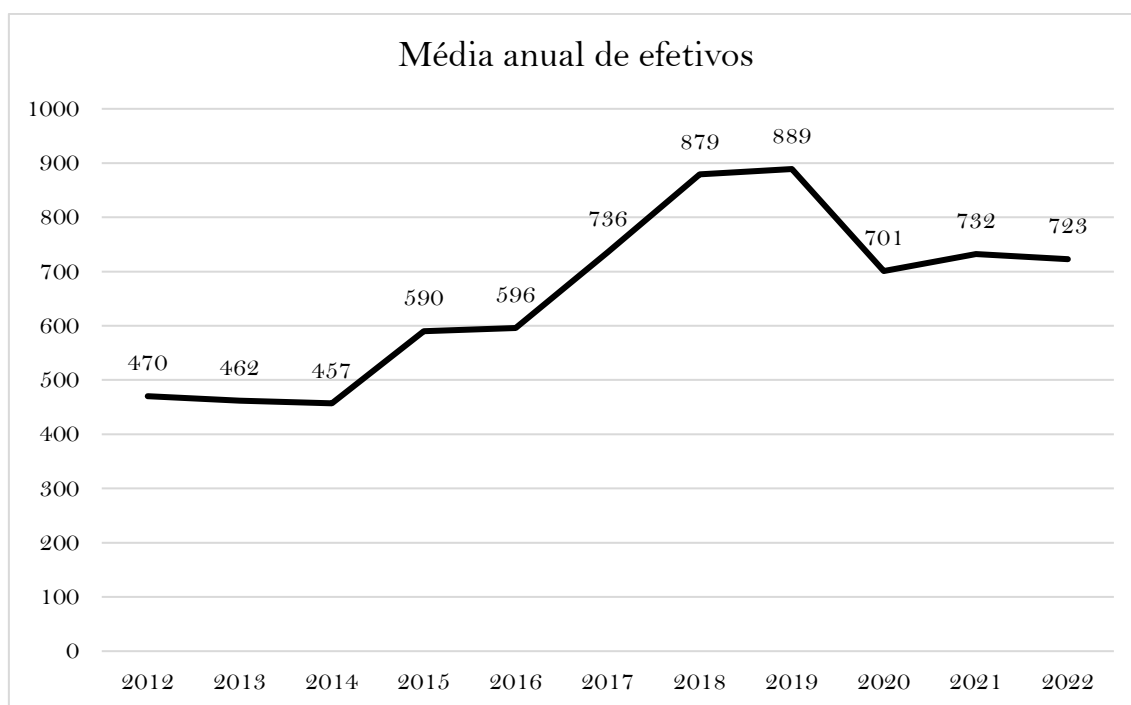
²⁷ Este Programa contempla a existência de dois tipos de vagas a atribuir aos alunos oriundos dos PALOP e de TL: vagas gratuitas, em que todos os custos são assumidos por Portugal; e vagas de propina em que todos os custos são assumidos pelos respetivos países.

2º Semestre 2022																	
Ramo	Descrição Unidade	Curso	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		São Tomé e Príncipe		Timor-Leste		Total		
			Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc					
IUM	Instituto Universitário Militar	CEMC21/22													1	1	
		CEMC22/23				1						1				2	
		CPOS 22				1		1	1	1		1				5	
		Instituto Universitário Militar Total				2		1	1	1	1	2		1		8	
IUM Total				2		1	1	1	1	2		1		8			
Marinha	Escola Naval	AN								2						2	
		Eng-AEL			3		3					1				7	
		Eng-Mec			1		2					1		1		5	
		M			1		1		1					3		6	
		CFOT													1	1	
		Escola Naval Total			5		6		1	1	2	4		1		20	
Marinha Total			5		6		1	1	2	4		1		20			
Exército	Academia Militar	ADMil					6		2	1	1				1	1	
		Art											1		1	2	
		Cav				1						1				2	
		INF					1					1			3	5	
		Vestibular					4		3	2		1		2	2	14	
		Academia Militar Total				1	11		5	3	1	1		4	1	7	34
		Escola das Armas	CPC					1		1				1		1	4
			Escola das Armas Total					1		1				1		1	4
			Centro de Tropas de Operações Especiais	COE													2
		Exército Total				1	12		6	3	1	1		5	1	10	40
Força Aérea	Academia da Força Aérea	Eng EI	1	1												2	
	Academia da Força Aérea Total		1	1												2	
Força Aérea Total			1	1											2		
IDN	Instituto da Defesa Nacional	CDN22/23		1				1		1			1			4	
	Instituto da Defesa Nacional Total			1				1		1			1		4		
IDN Total			1				1		1			1		4			
Total			1	7	1	20		9	4	4		3	12	1	12	74	

4. Gráficos e Quadros comparativos do envolvimento de militares no exterior

Por se considerar relevante e proporcionar uma visão mais abrangente, encontra-se discriminada nos gráficos e quadros que se seguem, uma análise mais detalhada do empenhamento de efetivos no exterior, de acordo com critérios estabelecidos, e que estão indicados no título de cada gráfico comparativo.

Neste momento, a média anual de 724 efetivos empenhados em simultâneo no exterior.

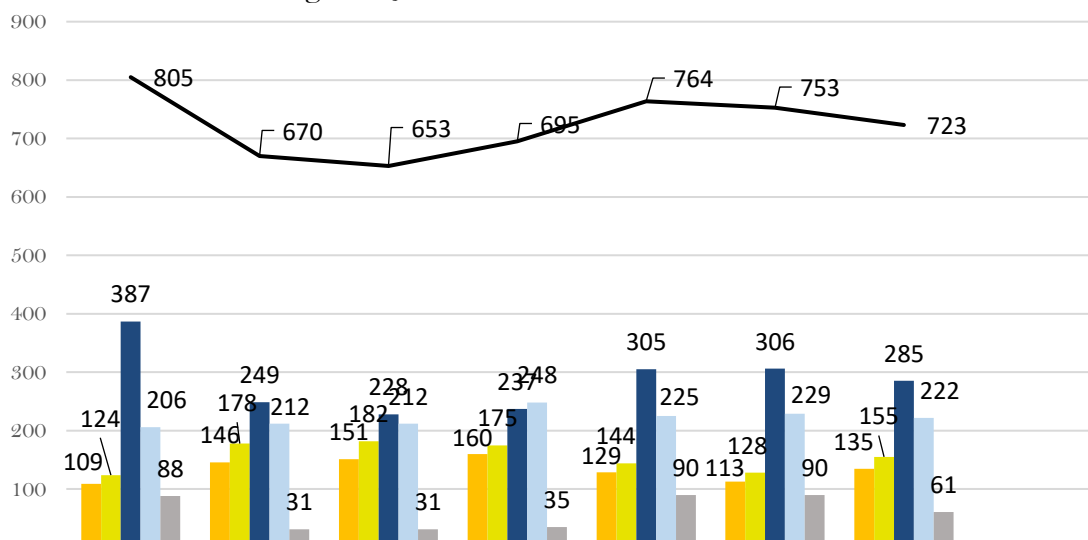


Ao longo do 2º semestre de 2022, Portugal participou com 1596 elementos em missões internacionais, incluindo os efetivos da Autoridade Marítima-Polícia Marítima empenhados no quadro da UE-FRONTEX.

A participação mais significativa do total nacional, e do ponto de vista dos efetivos empenhados, ocorreu na OTAN (38%), fruto do reforço no flanco leste europeu, e a participação nas missões das iniciativas *Tailored Forward Presence* e *enhanced Vigilance Activity* na Roménia, nas Operações *Assurance Measures* na Lituânia e nas Operações *Sea Guardian* e *Noble Shield*. Em termos de maiores contributos nas outras duas Organizações Internacionais, destacam-se ainda a participação na MINUSCA, no âmbito da ONU, e na EUTM Moçambique, da UE.

Total de efetivos empregues FND/END e AMN/PM nos diferentes contextos

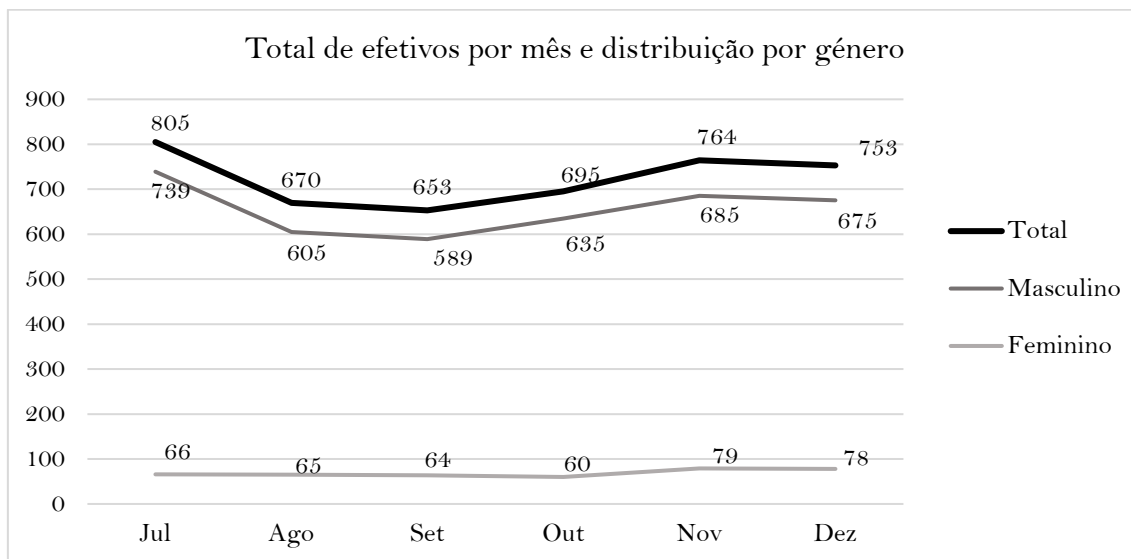
Organizações Internacionais e bilateral/multilateral



	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Méd. 2º sem	Dist. p/ Org.Int.
UE sem FRONTEX	109	146	151	160	129	113	135	19%
UE + FRONTEX	124	178	182	175	144	128	155	20%
OTAN	387	249	228	237	305	306	285	38%
ONU	206	212	212	248	225	229	222	32%
Bilateral/Multilateral	88	31	31	35	90	90	61	10%
Total	805	670	653	695	764	753	723	

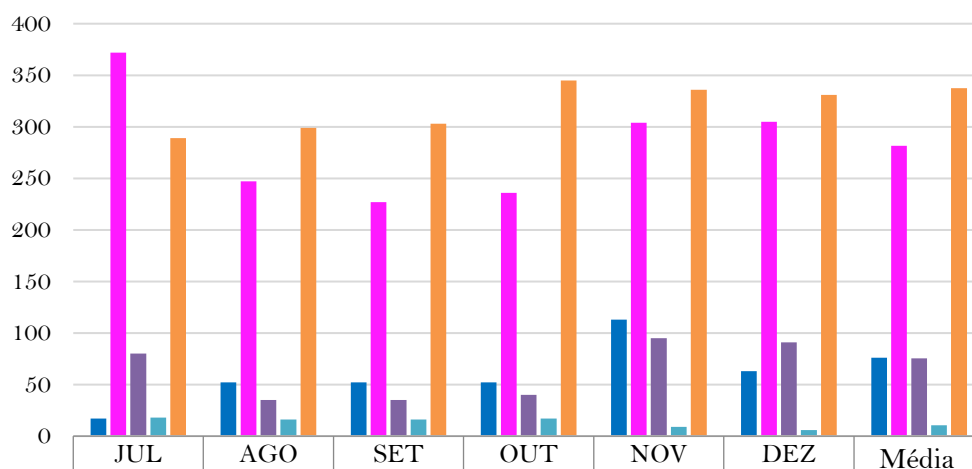
A variação mensal ao longo deste semestre mostra uma tendência de crescimento e também de estabilização, decorrente dos empenhamentos e ajustamentos que foram sendo feitos. Tal como no semestre anterior, o efetivo é reflexo do contexto atual, onde o sistema internacional tem vindo a ser caracterizado por uma multiplicação de crises, com um progressivo aumento da conflitualidade e de instabilidades locais e regionais, com evidentes efeitos no equilíbrio internacional e ambiente de segurança dos Estados.

Relativamente à distribuição por género, a variação dos efetivos ao longo do 2º semestre é genericamente constante, com a participação de cerca de 9% dos efetivos do sexo feminino.



No que diz respeito às áreas geográficas de maior incidência de empenhamento nacional, destacam-se o Leste Europeu (36%) e o triângulo africano RCA-Moçambique-Golfo de Áden (43%).

Distribuição por regiões



Região	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Média
Mediterrâneo	17	52	52	52	113	63	76
Leste Europeu	372	247	227	236	304	305	282
Golfo da Guiné/Costa Ocidental	80	35	35	40	95	91	75
Sahel	18	16	16	17	9	6	11
Eixo RCA/Moçambique/Golfo de Aden	289	299	303	345	336	331	337

5. Conclusões/Recomendações

Com a invasão da Ucrânia pela Rússia, verificou-se a mobilização de meios de Defesa Aérea para a fronteira Leste da OTAN. A identificação da Rússia como uma ameaça permanente para os países geograficamente mais próximos, vem influenciar a postura de dissuasão e defesa da Aliança. O reforço já concretizado da presença dos Aliados nos países do flanco leste – além dos países bálticos, nomeadamente na Eslováquia, na Hungria, na Roménia e na Bulgária, no âmbito da *eVA* – será seguramente prolongado no tempo, podendo mesmo vir a ser assumido o seu carácter permanente.

Ainda no âmbito da OTAN e em termos navais, a participação de Portugal nas SNF foi iniciada em 1969, altura em que integrou a Força Naval Permanente para o Atlântico, que deu origem, em 2005, ao SNMG1. Desde então, assumiu o seu comando em cinco ocasiões. Portugal integra um restrito número de aliados com capacidade para liderar estas forças navais, facto demonstrativo das competências navais nacionais, nomeadamente em termos operacionais, e revela-se um excelente meio de dissuasão e defesa. O 2º semestre registou um incremento da participação nacional e diversificação da participação em múltiplas operações OTAN.

A participação nacional nesta tipologia de missões OTAN, irá ser uma das prioridades em termos de futuro das FND.

Por outro lado, o nosso país deverá continuar a assumir-se em África, como um ator incontornável e facilitador do diálogo, quer para a UE, quer para os EM naquela região e no continente no seu todo, demarcando-se da sua pegada tradicionalmente associada a PALOP e robustecendo a sua influência noutros contextos regionais. Portugal deverá manter o apoio aos esforços de segurança dos Estados do *Sahel* e África Ocidental com o objetivo de manter o esforço de luta antiterrorista na região. O 2º semestre também registou um incremento da participação nesta região, quer no contexto das missões da UE, quer no contexto bilateral/multilateral.

No que diz respeito à participação nacional em missões na região do *Sahel*, nomeadamente no Mali, julga-se adequado manter a presença na região sendo que se deverá monitorizar e acompanhar a evolução da situação, promovendo o mais possível, as devidas interações da MINUSMA com a EUTM, partindo do pressuposto de que as autoridades malianas, mantêm a sua vontade em prosseguir com a cooperação com a UE.

Portugal defende, por isso, que a saída do Mali afetaria a luta contra o terrorismo no país e na região, e indicaria uma falta de resiliência, com riscos para a segurança, e implicações para a credibilidade e autonomia estratégica da UE, beneficiando assim os competidores estratégicos como a Rússia.

Portugal está presente na RCA desde 2016, contribuindo de forma muito empenhada para a estabilização do país, no âmbito da MINUSCA, missão executiva e da EUTM RCA, missão não

executiva. O nosso país demonstra assim o seu empenhamento no contributo europeu para a estabilização da RCA e a experiência recolhida durante o empenhamento contínuo na missão, permite-nos um conhecimento profundo da realidade centro africana, suas particularidades e fatores que influenciam o desempenho da missão. A experiência no terreno permite a Portugal desenvolver pensamento crítico e aplicar as lições aprendidas (úteis para balizamento de futuras projeções no país e na região). Neste sentido, defende que a adoção de soluções “métricas”, iguais para contextos diferentes (Mali versus RCA), se revela inadequada e com uma hipotética retirada da EUTM RCA, estaria em causa a credibilidade da EU, junto dos parceiros e da própria RCA, o que seria aproveitada pelos nossos opositores (Rússia).

No que diz respeito à Somália, a Operação Atalanta faz parte dos esforços diplomáticos, apoio ao desenvolvimento e ajuda humanitária para a região e, assim, contribuir para o estabelecimento de melhores condições de segurança. O quadro legal para as tarefas desta Operação naval, permanece inalterado no que diz respeito à luta contra a pirataria e proteção de navios, ou em tarefas de combate ao tráfico de armas e de estupefacientes em alto mar. Portugal assumiu o compromisso de Comando da Força, em dois períodos, até março de 2023.

Neste sentido, julga-se importante a consolidação e possível extensão das Presenças Marítimas em direção ao Índico Ocidental, em coordenação com a geografia de esforço da CDD no continente e na região.

Ainda em África, deverão ser amplamente assumidas as responsabilidades inerentes ao comando da EUTM MOZ, apostando numa solução que mitigue e neutralize o impacto do terrorismo transnacional na região, estendendo e multiplicando a matriz portuguesa de capacitação que decorre do Projeto 6 do Programa-Quadro 2021-2026, e abrindo canais de diálogo e cooperação com os países da região. De realçar o caráter inovador desta EUTM por representar uma nova tipologia de missões de treino europeias que se pretende de sucesso, com objetivos alcançáveis e estratégia de saída viável.

No que diz respeito ao domínio marítimo, uma presença no Mar Mediterrâneo, no quadro da segurança cooperativa, através da colaboração para e com os países do Magrebe, assumiu-se como uma das orientações políticas para 2022 e as futuras FND. A Operação *Sea Guardian* é um bom exemplo para a nossa participação em termos de segurança marítima, em estreita ligação com a Operação IRINI que garante presença no mar, onde se registam importantes fluxos de emigração em direção ao continente europeu, assumindo grande relevância e vital importância no quadro da segurança. Outro exemplo de referência é a agência *FRONTEX*, que foi criada em 2004 para reforçar e dinamizar a cooperação entre as autoridades das fronteiras nacionais dos EM, e onde a participação portuguesa, tem vindo a ser muito elogiada, nomeadamente pelo *International Coordination Center*, em Madrid.

Por último, e no âmbito Bilateral-Multilateral, e porque foram referidos anteriormente, os pressupostos de avanços por parte dos parceiros internacionais na luta antiterrorista, para os países costeiros da África Ocidental e do GdG, importa destacar a iniciativa *MAR ABERTO*, numa perspetiva de presença Nacional num quadro de cooperação bilateral e multilateral para a segurança marítima e o empenhamento do NRP “Zaire” em S. Tomé e Príncipe, que assume uma grande visibilidade na região, e um bom posicionamento estratégico para o conhecimento situacional marítimo regional.

No Quadro da CDD, o empenhamento nacional foi de 113 elementos (108 permanentes e 5 temporários). O Exército constitui-se como o Ramo que mais contribuiu neste 2º semestre, existindo um equilíbrio nos países onde a presença nacional mais se destaca, Angola e Moçambique. Em termos da formação disponibilizada por Portugal, foram envolvidos 74 formandos/estudantes, destacando-se o Exército em termos de estabelecimentos de ensino e Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, em termos de participação.

Por último, e porque se trata de um aspeto que importa relevar porque atesta da credibilidade do País e da capacidade de Portugal assumir os seus compromissos internacionais junto das organizações que integra, e ainda pela projeção e visibilidade que essa dimensão representa, o 2º semestre ficou também marcado pelo facto de Portugal ter assumido, em simultâneo, entre outubro e novembro (aproximadamente) o Comando da Força de 3 missões/operações militares no contexto da UE, designadamente a Operação ATALANTA, a EUTM Moçambique e a EUTM RCA.

• • •